

---

*DINÂMICA DA RELAÇÃO LINGUAGEM X PODER:  
a linguagem enquanto forma de autoritarismo e repressão*

Otilia Maia de Vasconcelos\*

O caráter conservador e repressivo da linguagem já foi enfatizado por diversos teóricos, como Bakhtin e Barthes. Bakhtin<sup>1</sup> assinala a inter-relação entre os sistemas de normas sociais e a consciência subjetiva dos indivíduos que participam da coletividade regida por essas normas. Afirma que “a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais”.<sup>2</sup> Para esse autor, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.<sup>3</sup>

Esse tecido, essa urdidura que constitui a matéria-prima da palavra presta-se facilmente à manipulação pela classe que detém o poder sócio-econômico, em virtude do “caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante”.<sup>4</sup>

Passadas mais de cinco décadas da primeira edição de *Marxismo e filosofia da linguagem*, vale ainda refletir sobre o caráter deformador do signo, de que fala Bakhtin. Em virtude do caráter polissêmico da grande maioria das unidades lexicais (pois se assim não o fosse estas tenderiam a ser meros si-

\* Professora de Língua Portuguesa na UFPB

nais, ao invés de signos), as chamadas palavras refletem visões de mundo distintas, articuladas em contextos diversos. Mesmo numa visão apriorística podemos observar como certos itens lexicais integrantes do vocabulário político de uso corrente tendem a funcionar como instrumento de divulgação e manipulação de pontos de vista que se pretendem impor a comunidades ou grupos sociais. Pesquisas realizadas na área da lexicologia<sup>5</sup> levam-nos a inferir a inter-relação entre léxico e ideologia, apontando algumas atitudes freqüentemente assumidas em discursos políticos, como a simulação e o mascaramento. Dessa forma, podemos entrever o jogo de efeitos de sentido de unidades lexicais de uso corrente, como *consciência*, *consenso*, *democracia*. Na simples afirmação de que “eu voto de acordo com a minha consciência”, proferida freqüentemente em acontecimentos políticos recentes, torna-se evidente a abrangência polissêmica da unidade lexical *consciência*, que percorre os mais variados matizes ideológicos, levando-nos a perceber o caráter utópico do chamado “signo neutro”.

Relativamente ao aspecto reacionário, conservador do signo lingüístico, R. Barthes, na sua *Aula* proferida em 1977 no Collège de France, é incisivo ao alertar para o aspecto repressivo da língua, afirmando que esta “é simplesmente fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”.<sup>6</sup>

A questão do “obrigar a dizer” a que Barthes se refere leva-nos a refletir sobre o papel social dos clichês na comunidade lingüística. Nas sociedades urbanizadas atuais, em que os cidadãos são invadidos por um acúmulo de informações, sem que haja tempo e discernimento para selecioná-las de acordo com suas necessidades, o clichê passa a desempenhar múltiplas funções no relacionamento cotidiano dos membros da comunidade. A identificação com o grupo social a que pertence (ou deseja pertencer), bem como a delimitação do papel desse indivíduo no grupo são algumas das funções do clichê, que pode ser constituído por fórmulas de cortesia ou, ao contrário, caracterizado por marcas de agressividade.

Para fugir à imperatividade da linguagem-padrão, grupos sociais minoritários tendem a isolar-se, fazendo uso de formas alternativas de linguagem que funcionam como instrumento de contestação das normas lingüísticas vigentes. Desse comportamento social surgem as linguagens gírias, que já constituíram objeto de análise de autores como Dino Preti.<sup>7</sup> No processo caracterizador desse tipo de linguagem, ressaltamos um fenômeno que aponta para o caráter repressor do signo lingüístico. Ao reagir contra a linguagem-padrão, isolando-se em grupos que partilham uma vari-

cidade lingüística marginal, os indivíduos que se rebelaram contra as normas da classe dominante criam suas próprias normas lingüísticas. A transgressão dessas normas acarreta sanções sociais, como a rejeição ou ridicularização do membro do grupo, a quem resta como alternativa a adoção dos estereótipos da linguagem marginal.

Sob esse ângulo da questão endossamos o posicionamento de Barthes, segundo o qual linguagem e liberdade são conceitos antagônicos, uma vez que

*Se chamarmos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem. Infelizmente a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado.*<sup>8</sup>

Para o impasse criado pela incompatibilidade dos conceitos de linguagem e liberdade, Barthes vê a literatura como única alternativa, que nos permite “trapacear com a língua, trapacear a língua”.<sup>9</sup> Essa dupla trapaça, esse logro salutar constitui, segundo ele, a revolução permanente da linguagem contra o poder dominante.

No entanto, para os que não têm acesso à literatura e ficam presos aos clichês veiculados pelos meios de comunicação, há apenas, na expressão do próprio semiólogo francês, um sistema de “liberdade condicional”, pois o discurso “é fixado por uma rede de regras, de constrangimentos, de opressões, de repressões, maciças ou tênues no nível retórico, sutis e agudas no nível gramatical”.<sup>10</sup>

Para concluir, não queremos deixar a impressão de falta de alternativas para o dilema entre o risco de sujeição da linguagem e a necessidade de fazer uso da variante lingüística que integra o conjunto de normas sociais exigidas daqueles que querem ascender na pirâmide sócio-cultural. Resta-nos ainda, enquanto docentes, a tarefa de procurar meios pelos quais, de fato, língua e experiência social possam caminhar juntas, apesar das pressões a que são submetidas.

*Notas*

1. BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 91.
2. Idem, *ibidem*, p. 35.
3. Idem, *ibidem*, p. 41.
4. Idem, *ibidem*, p. 47.
5. A respeito da matéria, consultem-se exemplos e relatos de pesquisas em ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
6. BARTHES, R. *Anla*. 1978. São Paulo: Cultrix, s.d., p. 14.
7. PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
8. BARTHES, R. *Op. cit.* pp. 15-6.
9. Idem, *ibidem*, p. 16.
10. Idem, *ibidem*, pp. 31-2.